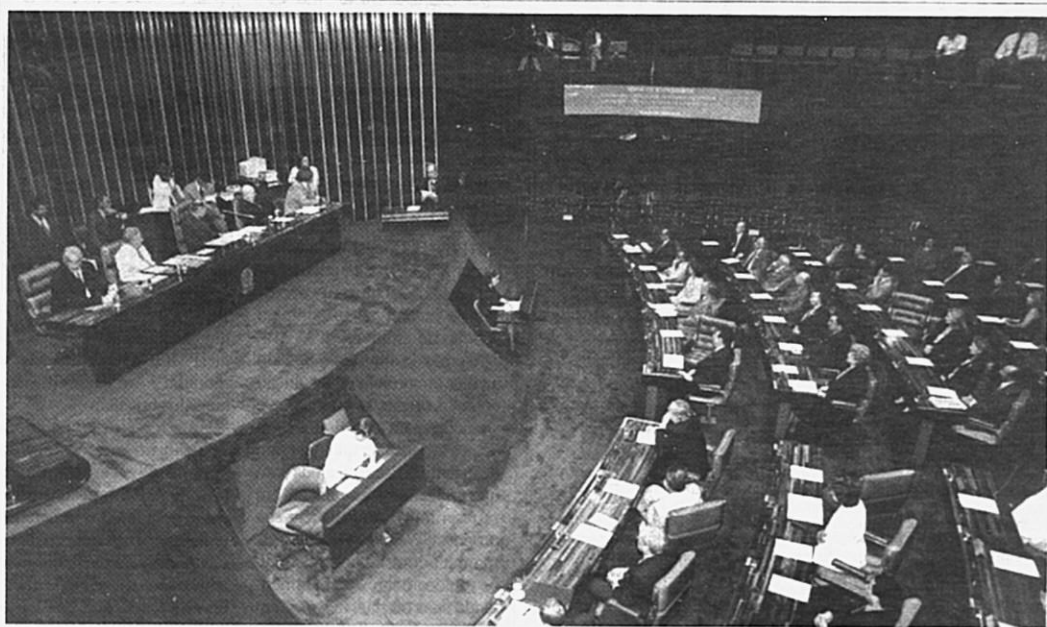


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 681 - Brasília, segunda-feira, 4 de maio de 1998



Plenário homenageia os 50 anos de Israel

Os 50 anos de criação do Estado de Israel foram lembrados na quinta-feira, em sessão solene (*foto*) requerida pelo senador Bernardo Cabral, que, em discurso, fez um resumo da história e da herança judaica para o mundo. O senador Eduardo Suplicy apelou em favor do diálogo entre árabes e judeus. Ney Suassuna, José Ignácio e Lúcio Alcântara também lembraram a necessidade da convivência pacífica entre os vizinhos no Oriente Médio. Páginas 4 e 5

Senadores já apreciaram 131 matérias desde janeiro

Em abril, das 28 propostas apreciadas, foram aprovadas 24. Nos quatro primeiros meses de atividades parlamentares deste ano, o plenário aprovou 115 matérias, com destaque para a reforma administrativa



Incêndio na floresta será investigado

Comissão presidida pelo senador Romero Jucá vai investigar as causas do incêndio que destruiu parte das florestas de Roraima.

Página 8

PROPOSTAS VOTADAS PELO SENADO EM 1998

Projetos de lei aprovados	103
Escolha de autoridades e diplomatas	11
Emendas constitucionais aprovadas.....	1
Propostas arquivadas	16
Total	131

Com a apreciação de 28 matérias em abril, o plenário completou 131 propostas analisadas desde o início das atividades parlamentares, em 6 de janeiro, quando o Senado se reuniu por convocação extraordinária. O destaque, nesse período, foi a votação da reforma administrativa.

Na última semana de abril, prosseguiu a discussão, entre

outras matérias, da proposta de emenda constitucional que institui o serviço civil obrigatório, de autoria do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, que tramita em conjunto com uma proposta semelhante, do senador Pedro Simon. As comissões do Senado foram movimentadas pela realização de diversas audiências públicas. Página 3

Emenda da guerra fiscal vai a votação

PÁGINA 2

Miranda condena privilégio para fundos

PÁGINA 6

Amin critica cortes nas universidades

PÁGINA 7

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (05.05.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional; altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "PLS nº 273/91, que transfere ao domínio de Roraima terras pertencentes à União; votação em turno único do "Requerimento nº 196/98, do senador Osmar Dias, solicitando audiência da CCJ sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas; a ser declarado prejudicado o "PLS nº 45/93, que altera a Lei nº 6.435/97, sobre entidades fechadas de previdência privada.

Quarta-feira (06.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios referentes ao ICMS; votação em primeiro turno da "PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal; votação em primeiro turno da "PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição federal (recesso parlamentar); quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal) e segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal.

Quinta-feira (07.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal); terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; votação em turno único do "Requerimento nº 235/98, o senador Geraldo Melo solicita tramitação conjunta das PECs nºs 6 e 11, de 1998, por versarem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais;

"Requerimento nº 240/98, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, o PLS nº 85/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Pará e Amapá - Ripama e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; e a ser declarado prejudicado o "Requerimento nº 88/97, o senador Pedro Simon solicita a realização de um seminário nacional com o objetivo de debater questões relativas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce

COMISSÕES

Terça-feira (05.04.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 114/98, que encaminha ao Senado a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1998; "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; "PLC nº 122, que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e "OFS nº 13/98, solicitação do governo de Mato Grosso, sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 284 milhões. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; e "PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobrás Fertilizantes S.A. crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

Quarta-feira (06.04.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: "Mensagem nº 133/98, que submete à aprovação do Senado o nome de Carlos Alberto Marques Soares para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a juiz-auditor e decorrente da aposentadoria do ministro Antônio Carlos de Seixas Telles; e "Mensagem nº 135/98, que submete à apreciação do Senado o nome de João Batista da Silva Fagundes para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a advogado e decorrente da aposentadoria do ministro Paulo César Catalão. 2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 130 até 139/97, que autoriza a criação de distrito agropecuario no município que menciona; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores

ESPECIAL

Quarta-feira (06.05.98)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: Cinema de Lágrimas, de Nelson Pereira dos Santos. Auditório Petrólio Portella

Três emendas na pauta do plenário



Jefferson quer mudar o recesso

O plenário do Senado deve votar nesta semana três emendas constitucionais e discutir outras quatro, além de vários projetos, requerimentos e mensagens presidenciais. Entre as emendas em votação, na quarta-feira, destaca-se uma do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), destinada a acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados - a concessão de incentivos fiscais para atração de empresas.

A emenda autoriza o Senado a votar um projeto de resolução contendo todas as condições e situações para que algum estado possa conceder qualquer tipo de incentivo fiscal ou ajuda para que uma empresa se instale em seu território. Ao justificar sua proposta, Waldeck Ornelas afirma que, com a "guerra fiscal, os estados pobres vêm aumentando suas ofertas, mesmo sem condições financeiras para isso".

Também na sessão de quarta-feira, poderá ser votada uma mudança constitucional, de au-

toria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros.

Uma terceira emenda em votação no mesmo dia, do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), transfere o recesso de julho dos deputados federais e senadores, nos anos eleitorais, para os 30 dias que antecederem as eleições. Péres argumenta que, dessa forma, será possível evitar o chamado "recesso branco" do Congresso às vésperas das eleições.

CAE discute amanhã mais dezoito projetos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, a partir das 10h, para apreciar uma pauta composta por 18 itens, entre os quais a regulamentação das atividades de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos, a criação de padrões na confecção de cédulas e moedas que possibilitem identificação por portadores de deficiência visual e a devolução dos valores relativos ao Fundo 157.

Outro projeto a ser apreciado pela CAE trata da legalização dos cassinos. Na última reunião, foi apresentado pelo senador Gilber-

to Miranda (PFL-AM) voto em separado favorável ao projeto, e concedida vista aos membros da comissão, mas o parecer do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é contrário.

Na quarta-feira, também às 10h, será realizada audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a indicação de nomes para duas vagas de ministros do Superior Tribunal Militar: Carlos Alberto Marques Soares, na vaga de juiz-auditor, e João Batista da S. Fagundes, na de advogado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciail da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

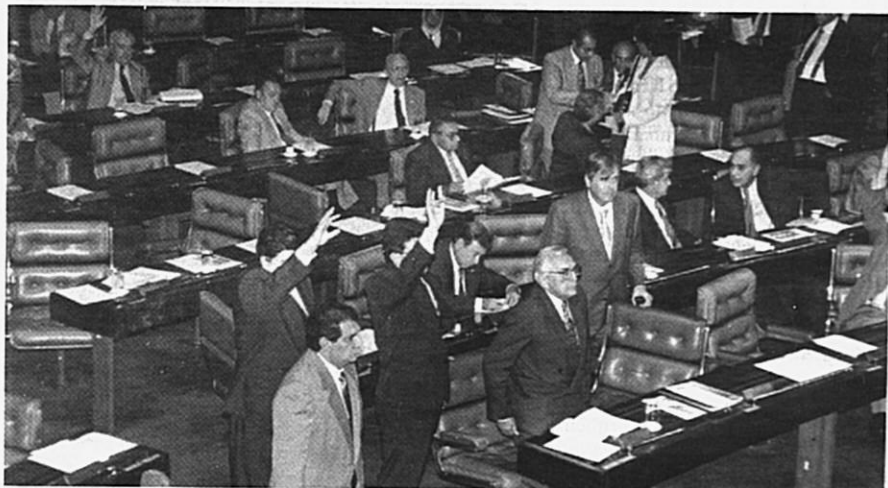
O plenário aprovou 115 matérias desde o início das atividades parlamentares, em janeiro, com destaque para a reforma administrativa. Somente durante o mês de abril, foram apreciadas 28 matérias e aprovadas 24

Senado apreciou 131 matérias neste ano

O plenário do Senado já apreciou 131 matérias desde o início das atividades parlamentares, em janeiro deste ano, com destaque para a reforma administrativa. Somente durante o mês de abril, foram aprovadas 24 matérias, entre elas projeto estabelecendo garantias especiais do Estado a vítimas ou testemunhas de crimes ameaçadas, incluindo mudança de domicílio e assistência social.

Na última semana de abril (de 27 a 30), o plenário continuou a discussão da proposta de emenda constitucional que institui o serviço civil obrigatório, de autoria do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. Na sessão de quarta (dia 29), o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de proposta semelhante, em tramitação conjunta, defendeu a imediata aprovação da matéria, argumentando que o novo serviço será importante para conscientizar os jovens sobre a realidade do país. Prosseguiu, no período, a discussão em primeiro turno das propostas de emenda instituindo plebiscito sobre a realização de reforma constitucional. A discussão encerrou-se amanhã.

As comissões do Senado tiveram uma semana movimentada por audiências públicas, como a realizada pela



Entre as matérias apreciadas em 1998, destaca-se a reforma administrativa

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que ouviu o ministro José Serra, favorável à aprovação do projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde, com alterações.

Outra audiência foi realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual compareceram o corregedor-geral da Justiça do Trabalho e ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, para defender a extinção da representação de juízes e ministros classistas. E a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebeu o presidente do Fórum das Américas,

empresário Mário Garnero. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação dos novos embaixadores na Santa Sé e na Colômbia.



Serra falou em reunião da CAS

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1998

Projetos aprovados e enviados à sanção	19
Projetos aprovados e enviados à promulgação	71
Projetos aprovados e enviados à Câmara	13
Escolha de autoridades e diplomatas	11
Emenda à Constituição enviada à promulgação	1
Total de matérias aprovadas	115
Propostas enviadas ao Arquivo	16
Total de matérias apreciadas	131

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM ABRIL

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	13
Projetos aprovados e enviados à Câmara	5
Escolha de diplomatas	4
Total de matérias aprovadas	24
Propostas enviadas ao Arquivo	4
Total de matérias apreciadas	28



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Darcy de Souza, de Maringá, Paraná, pergunta ao senador Osmar Dias por que as dívidas agrícolas securitizadas inferiores a R\$ 200 mil têm prazo para pagamento menor que as dívidas acima daquele valor. Darcy sugere

que o prazo de 20 anos seja estendido a todos os lavradores, independentemente do valor de sua dívida.

Osmar Dias: O critério de securitização e rolagem de dívida dos agricultores foi adotado para dívidas contratadas antes de julho de 1995. Para

estes débitos, é perfeitamente possível negociar com o banco credor e rolar dentro desse critério, estabelecido anteriormente para dívidas menores que R\$ 200 mil, e fixado agora para dívidas superiores a este valor. Mas é importante frisar que esse cri-

tério de refinanciamento do débito é apenas para as dívidas contratadas até julho de 95. Para as posteriores, é preciso que haja uma negociação caso a caso com o banco. Acredito, porém, que elas dificilmente poderão ser adaptadas a essas regras.

Osmar Dias



Rabino Henry Sobel agradece sessão solene para o Estado judeu, proposta pelo senador Bernardo Cabral, e recorda participação decisiva do Brasil na criação do país, em 1948

Senado homenageia 50 anos de Israel

O Senado dedicou a primeira parte da sessão de quinta-feira, sob a presidência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a homenagem ao Estado de Israel. Ao final da cerimônia, o presidente do rabinato israelense no Brasil, Henry Sobel, manifestou-se grato e lisonjeado pela iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor do requerimento de homenagem.

- Quero manifestar minha gratidão sincera a Bernardo Cabral, que tomou todas as providências para a realização dessa solenidade. É por causa do Estado de Israel que o judeu brasileiro se sente mais brasileiro. Ele sente uma dignidade adquirida há 50 anos - disse o rabino.

Ele se referia a Osvaldo Aranha, o brasileiro que presidiu a Assembléia Geral das

Nações Unidas na decisão histórica que resultou na criação do Estado de Israel. Junto com o rabino Henry Sobel, sentaram-se à Mesa diretora da sessão o embaixador de Israel, Yacov Keinan; o presidente da Federação Israelita, Jack Terpins; o deputado Nelson Trad, representando o presidente da Câmara; e o senador Eduardo Suplicy, representando o presidente do Senado.

Inúmeros embaixadores, representantes da comunidade judaica e convidados ocuparam o plenário. Primeiro orador da sessão (veja matéria abaixo), Bernardo Cabral foi apertado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Hugo Napoleão (PFL-PI), os quais afirmaram que ele falava não apenas em nome pessoal, mas em nome do partido - o PFL.



Cabral, em seu discurso, recordou a epopéia do povo de Israel

Cabral saúda Weizmann: "Shalom"

Primeiro orador da homenagem prestada pelo Senado pelos 50 anos de criação do Estado de Israel, o senador Bernardo Cabral dirigiu-se especialmente ao presidente daquele país, definindo-o como "um ativo batalhador pela paz e pelo compromisso, amigo pessoal de líderes árabes em vários países vizinhos". "É na pessoa de Ezer Weizmann, seu presidente, que saudamos o Estado de Israel na comemoração dos 50 anos de sua fundação. Shalom (paz)", saudou o senador em seu pronunciamento. Cabral lembrou que foi no dia 14 de maio de 1948, em meio a grande turbulência política, que um comitê provisório dirigente judaico, reunido

em Tel-Aviv, proclamou a fundação de Israel. Este meio século de existência foi lembrado por Cabral como de grande significado para os judeus - "um povo antigo, criativo e sofrido que, com o surgimento de Israel, soube renovar-se tão espetacularmente, obtendo marcantes sucessos nas mais diversas áreas da atividade humana e do progresso social". Conforme Cabral, a data é de grande significado também para os admiradores desse povo, bem como para todos aqueles que aspiram avançar cada vez mais nas conquistas da civilização. Ele fez um resumo da história judaica, remontando a 1.200 anos de Cristo, quando o povo judeu

habitou sua terra ancestral. Disse que esse povo trouxe uma contribuição que afetaria toda a História da humanidade - "o monoteísmo, a crença num deus único, criador do universo, que mantém uma relação especial com os seres humanos". Em seu discurso, Cabral também afirmou que foi no ano 300 antes de Cristo que a sinagoga começou a firmar-se como centro da vida espiritual das comunidades, guiadas pelos rabinos. Ele explicou que foi a ascendência gradual da sinagoga que possibilitou, quando da dispersão dos judeus pelo mundo, que esse povo mantivesse a fé e a coesão. "A sinagoga claramente foi a inspiradora da igreja cristã e da mesquita muçulmana",

acrescentou o senador. Sobre anti-semitismo, ele disse que, apesar de suas raízes no antijudaísmo feudal, esse sentimento não se manifestou como fenômeno religioso, mas político, "preenchendo a fraqueza que têm vários seres humanos de discriminar e odiar". O senador mencionou a histórica Assembléia Geral das Nações Unidas, presidida por Osvaldo Aranha, quando foi decidida a partilha da Palestina em dois Estados - o judeu e o árabe-palestino. Também lembrou que o primeiro presidente de Israel foi Chaim Weizmann, exatamente o tio do atual presidente, Ezer Weizmann, "nascido em Israel e símbolo do renascimento de um povo".

Ignácio cita lições de resistência

Criado no caldo político e histórico dos últimos cem anos, o moderno Estado de Israel, segundo disse na quinta-feira o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), é fonte de "lições e exemplos para cada um de nós e para todas as nações da Terra". Entre outros marcos da História antiga, o senador referiu-se à Bíblia, com a lição dos profetas, que condenaram a opressão dos pobres pelos ricos, e ao *Talmude*, que valoriza "a erudição, a resistência cultural, a manutenção de uma identidade coletiva e a consciência das raízes comuns, mesmo na ausência de um território politicamente unificador".

Já no âmbito da História moderna, há cem anos, como reação ao anti-semitismo, os judeus da Europa Oriental organizaram-se em torno do movimento político do sionismo (1897), centrado no ideal de promover a criação de um país para eles.

Para o senador, os pioneiros sionistas, cujo movimento dividia-se em vários partidos, souberam desenvolver uma prática política que preservava a unidade nos momentos mais críticos e baseava-se numa aliança entre socialistas de centro-esquerda e liberais de centro, composição mantida no governo israelense nas três primeiras décadas pós-1948. Afirma que estaria outra lição, no entendimento de José Ignácio: "a da criatividade política em alta dose, a do descarte dos extremismos, a da consolidação de um bloco dirigente apto a fazer avançar a causa comum".

A 2ª Guerra e o Holocausto, em que o anti-semitismo alcançou auge trágico, contribuíram para, em reação, consolidar o ideal sionista e o desenvolvimento de um eficiente sistema de autodefesa.



José Ignácio exaltou união

Em mensagem enviada ao plenário, ACM se associa às homenagens

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não pôde estar presente à homenagem prestada pelo plenário aos 50 anos de criação do Estado de Israel, mas associou-se às saudações feitas pelos oradores. Na presidência da sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) transmitiu mensagem do presidente aos presentes.

- Por motivo de todos conhecidos, não pôde S. Ex.^a estar presente e presidir esta homenagem que o Senado presta ao Estado de Israel, mas ele se associa, em nome da Mesa, a essas justas homenagens, congratula os oradores e agradece a presença dos representantes da comunidade judaica no Brasil, em especial o rabino Henry Sobel - disse Suplicy.

A requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), os pronunciamentos dos se-



ACM agradece presenças

naidores que ocuparam a tribuna nesta homenagem serão enviados ao embaixador de Israel, Yacov Keinan, ao presidente do rabinato israelense, Henry Sobel, e ao presidente da República.

Ao apresentar esse requerimento, Cabral convidou todos a se dirigirem ao Salão Negro, no final da sessão, para o lançamento do livro *Judeus na Amazônia*, de Samuel Benchimol.

Lutar contra guerra é o mais difícil, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou o exemplo do ex-primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, que foi general vitorioso nas guerras mas terminou sendo assassinado quando lutava pela paz entre árabes e israelenses. "Ele descobriu ser mais difícil combater a cizânia e obter a paz do que lutar contra exércitos inimigos", enfatizou.

Ele leu, em plenário, uma carta enviada pela Confederação Israelita do Brasil, enaltecendo a maneira carinhosa com que o Brasil sempre recebeu as comunidades estrangeiras. "Os imigrantes se integraram logo na vida do país, cuja mistura de raças é um exemplo para o resto das nações do planeta. Aqui não há racismo, há total liberdade de cultos e de religião e todos se irmanam num único propósito, o amor à



Alcântara citou exemplo de Rabin

pátria brasileira", escreveu o presidente da Conib.

Na carta, a Conib ressalta haver uma "simbiose" de carinho e respeito entre Israel e o Brasil. "Quis o feliz destino que um brasileiro; o chanceler Osvaldo Aranha presidisse a sessão histórica da Assembléia Geral das Nações Unidas que criou o Estado de Israel marcando, perenemente, seu nome e o do Brasil à história da jovem nação que surgia."

Suassuna, Suplicy e Alcântara defendem esforços em favor de uma convivência que acabe com os conflitos na região

Senadores apelam por paz entre judeus e árabes

O apelo em favor da paz dominou a sessão em que o Senado homenageou os 50 anos de fundação do Estado de Israel. Ao presidir a sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou os últimos esforços internacionais para promover a paz no Oriente Médio, entre árabes e israelenses, que se iniciaram em Madri (Espanha) em 1991, prosseguiram em Oslo (Noruega), culminando na assinatura da Declaração de Princípios, em Washington, em setembro de 1993. "Não podemos esquecer o gesto de aperto de mãos entre o saudoso Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, nos jardins da Casa Branca, selando suas intenções pacíficas", disse.

Para Suplicy, o Estado de Israel é uma realidade que não pode ser ignorada. "Não é motivo, porém, para que sejamos

pessimistas em relação à possibilidade de 'vida pacífica' na Palestina. Os líderes políticos de Israel sabem que o Estado somente se tornou viável devido aos esforços das Nações Unidas. Mas, o mesmo Direito das Gentes que lhes proporcionou o assentamento nas terras de

Senador cita documento histórico dos judeus para garantir que fraternidade humana é viável

seus ancestrais deve, por equidade, ser observado ante reivindicações também lícitas de populações árabes, em especial dos palestinos."

Para reforçar seu apelo pela paz no Oriente Médio, Suplicy citou palavras do *Levítico*, antigo documento histórico dos

judeus. "Não guarde ódio contra seu irmão. Ame o seu próximo como a si mesmo. Quando um migrante habitar com vocês no país, não o oprimam. O migrante será para vocês um concidadão, porque vocês também foram imigrantes na terra do Egito."

Ao finalizar seu discurso, o senador paulista afirmou que a fraternidade humana não é um sonho inatingível. "Qualquer pessoa que passeie, hoje, pelas ruas de Jerusalém ao entardecer, e veja judeus rezando suas preces no Muro Ocidental, enquanto ouve o badalar dos sinos numa igreja das proximidades e o canto plangente de um *muezzim* chamando os muçulmanos à oração sentirá que é possível se atingir a paz no Oriente Médio".

Suassuna prega convivência pacífica com os vizinhos

Ao homenagear o 50º aniversário da criação do Estado de Israel, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que o assassinato de Yitzhak Rabin interrompeu o avanço das negociações de paz com os palestinos, mas espera que os líderes dos dois países retomem em breve as conversações.

- Esse é o grande paradoxo vivido hoje por Israel. Embora a nova nação tenha construído uma economia dinâmica, instituições políticas sólidas e um sistema educacional exemplar, não logrou alcançar uma convivência pacífica com seus vizinhos. Por isso, o mundo inteiro aguarda ansiosamente que o processo de paz seja reativado, sem tergiversações de lado a lado - disse Suassuna.

O senador explicou que a situação do Oriente Médio interessa particularmente ao Brasil, por ter acolhido um



Suassuna observa que Israel vive um paradoxo que precisa ser superado

número grande de imigrantes judeus e árabes. "Os palestinos aqui são contados aos milhares. Também os judeus têm numerosa colônia, estimada em cerca de 100 mil pessoas, nas maiores cidades do país. E isso nos leva a olhar para o Oriente Médio sempre com muita atenção", assinalou.

Citando o escritor israelense Amós Oz, Suassuna disse que Israel não é um país monolítico, apesar do inegável sucesso em aproximar judeus de origens nacionais tão diversas. Para ele, Israel é um rico laboratório onde podem ser

examinadas algumas das grandes questões contemporâneas, como, por exemplo, o avanço do fundamentalismo religioso, o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres e o crescimento do desemprego.

Suassuna concordou com o escritor Amós Oz quando disse que "não pode haver um Estado judeu; ele precisa ser o Estado do povo judeu e de todos os seus cidadãos, o que significa que os árabes israelenses terão a opção de ser cidadãos totais, com todos os direitos e deveres que isso implica".

Requião critica venda ou liquidação do Banestado

A liquidação ou privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado), que está sendo encaminhada pelo governo daquele estado, foi criticada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Para ele, o governo estadual tenta atribuir a crise do Banestado à liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), iniciada por Álvaro Dias e consolidada durante o seu próprio período como governador.

O senador disse que "o governador Jaime Lerner se esconde atrás de seus secretários, omitindo-se sobre o assunto". Segundo ele, o Badep quebrou devido a dívidas não saldadas, decorrentes de financiamentos feitos à Prefeitura Municipal de Curitiba e a empreendimentos implantados na Cidade Industrial de Curitiba, quando Lerner era o prefeito da cidade. Essas dívidas foram transferidas para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná (FDE) e, assim, colocadas sob a responsabilidade do próprio estado, e não do Banestado.



Requião sugere nova diretoria

afirmou. Já as causas da bancarrota do Banestado são três, garantiu: a compra de Letras Financeiras do Tesouro dos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, no que ficou conhecido como o escândalo dos precatórios; a emissão de debêntures, através do Banestado Leasing, no valor de R\$ 300 milhões; e, por fim, um prejuízo de R\$ 500 milhões em operações inadimplentes.

Para evitar a liquidação do banco, Requião sugeriu a substituição de sua direção por outra, aprovada previamente pelo Banco Central (BC). Isso viabilizaria uma chamada de capital, com o apoio dos paranaenses.

Odacir quer garantir direitos trabalhistas no Mercosul

O Mercosul deve tratar de maneira "mais ampla" a questão dos direitos trabalhistas, com o intuito de defender o interesse dos trabalhadores brasileiros, alertou o senador Odacir Soares (PTB-RO). Ele salientou que poucos acreditavam que o novo bloco econômico, formado pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, se tornaria, desde sua criação, em 1991, uma realidade concreta, alterando a vida econômica de seus países-membros.

Na opinião do senador, é



Odacir: preservar o trabalhador

chegado o momento em que o Mercosul deve ampliar o âmbito da integração entre seus membros, passando a abranger as questões sociais, que, acredita, têm sido marginalizadas nas negociações. Ele explicou, entretanto, que a situação começou a mudar com a 13ª reunião presidencial, realizada em Montevideu, em dezembro de 1997, quando foi aprovado o Acordo Multilateral de Previdência Social. O acordo propõe a coordenação das diferentes disposições que regulam a Previdência Social nos países-membros, bem como o reconhecimento de direitos idênticos de aposentadoria aos trabalhadores que prestam ou tenham prestado serviços em qualquer um dos países participantes, juntamente com seus familiares e dependentes. Para se tornar realidade, lembrou o senador, esse conjunto de medidas precisa ainda ser aprovado pelos congressos dos quatro Estados-membros.

Senador considera insustentável a recusa ao pagamento de tributos por instituições que demonstram grande vigor financeiro

Fundos de pensão devem pagar impostos, diz Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) protestou contra a recusa dos fundos de pensão, detentores de um patrimônio de mais de R\$ 80 bilhões, a pagar impostos. Essas instituições alegam, em sua defesa, a imunidade fiscal concedida a entidades de assistência social, o que não é aceito pela Receita Federal, que as tem acionado judicialmente para que paguem os tributos.

Miranda informou que dois desses fundos, mesmo tendo perdido em decisões tomadas por turmas do Supremo Tribunal Federal, recusam-se a pagar e estão recorrendo. Ele entende que esse episódio evidencia a necessidade de a Justiça brasileira adotar o efeito vinculante para as decisões do Supremo, e lamenta que essa medida ainda não tenha sido adotada, pois isso obrigará a Receita a acionar um a um os fundos de pensão.

Na opinião do senador, a situação torna-se insustentável



Gilberto Miranda critica a imunidade fiscal

para os fundos de pensão, porque eles têm demonstrado "um vigor financeiro tremendo", como se pode observar pela participação ativa nos consórcios de privatização. Nos últimos seis anos, os fundos de pensão estiveram presentes em todos os leilões de privatização; de 1991 até setembro deste ano, investiram R\$2,6 bilhões em ações das estatais privatizadas - lembrou Miranda.

Ele localiza a origem desse problema na Constituição de 67, que não fazia distinção entre assistência social e previ-

dência social, permitindo que entrassem na mesma categoria, para efeitos de imunidade tributária, tanto asilos, creches, casas de misericórdia, quanto os poderosos fundos de pensão. No entanto, com a Carta de 1988, "tal distinção é cristalina", afirmou

o senador, acrescentando que, numa sociedade como a nossa, os fundos de pensão "são uma espécie de privilégio", enquanto a assistência social destina-se aos desamparados e deficientes.

Miranda frisou que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado já conta com uma subcomissão "justamente para fiscalizar esse tipo de entidade, para evitar os abusos e coibir o uso do dinheiro público, originado das estatais que patrocinam fundos de previdência".

Mauro registra mudança do perfil econômico de Goiás

O desenvolvimento acelerado do sudoeste de Goiás e do novo pólo industrial de Rio Verde foi citado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) como uma das referências mais fortes no processo de grandes mudanças que vêm ocorrendo na economia do Centro-Oeste. Ele observou que, enquanto as estatísticas do desemprego aumentam no Sudeste, pelo menos 17.500 novos empregos diretos serão criados nos próximos cinco anos no seu estado.

- As novas vagas representam 17% da atual população de 103 mil habitantes de Rio Verde, e isso mostra o choque positivo que vai ocorrer no mercado de trabalho de toda a região, explicou Mauro.

Citando matéria publicada na Gazeta Mercantil, Mauro disse que, apesar de participar do oti-

mismo que envolve Rio Verde, está preocupado com a manutenção da qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente. O jornal divulgou cálculos segundo os quais, nos próximos quatro anos, o município terá uma população de 250 mil pessoas, aumentando a demanda de serviços públicos. "Quanto ao impacto das novas indústrias no equilíbrio ambiental, acho que



Mauro constata crescimento

as garantias que vêm sendo dadas pelas respectivas diretorias são satisfatórias", completou.

Na opinião do senador goiano, Rio Verde cresce graças às suas terras férteis, ideais para a agricultura, e à vocação empresarial que conseguiu montar um modelo integrado entre os setores de produção primária e de transformação agroindustrial.

- O perfil econômico de Goiás atravessa acelerado processo de mudança e estou certo de que o momento que vivemos é apenas o começo de um processo de transformação política e econômica, que nos colocará em condições de igualdade com unidades federativas tradicionalmente mais poderosas - encerrou Mauro Miranda.



Campos aponta como exemplo êxito da campanha "Toda Criança na Escola"

Campos quer mobilização pelo ensino público

"É necessária uma ampla mobilização nacional para fazer cumprir a obrigatoriedade do ensino fundamental", afirmou, em plenário, o senador Júlio Campos (PFL-MT), salientando que nenhuma autoridade, seja municipal, estadual ou federal, "jamais foi responsabilizada pelo crime de não oferecer o ensino fundamental de acordo com os ditames constitucionais".

Conforme o senador, cabe ao Ministério Público exigir do poder público o controle da obrigatoriedade do ensino fundamental, previsto no artigo 208 da Constituição. Ele disse que os instrumentos para esse controle são o recenseamento escolar, que consiste no levantamento das pessoas até 14 anos residentes em cada município, e a chamada escolar, que atesta o efetivo atendimento a essas pessoas.

Júlio Campos frisou que a mobilização nacional, defendida por ele, deve abranger todos os segmentos envolvidos, direta ou indiretamente, com a questão do ensino, o que inclui os governos da União, estados

e municípios e os órgãos que os controlam; professores e trabalhadores da educação; pais e responsáveis; entidades da sociedade civil; e todos os brasileiros que se preocupam com o próximo e com o futuro do Brasil.

CAMPANHA

O senador lembrou que a recente campanha "Toda Criança na Escola", promovida pelo MEC, levou 367 mil crianças de sete a 14 anos que estavam fora do sistema de ensino a procurarem os 39 mil postos de matrícula distribuídos por 4.700 municípios.

A adesão de mais de 80% dos municípios brasileiros à campanha deve-se, na opinião do senador, aos critérios de distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que privilegia os estados e municípios com maior número de matrículas efetivas. "Cabe à sociedade civil organizar-se, sugerir e cobrar iniciativas dos responsáveis para que realmente melhore a qualidade do ensino público", finalizou o senador.

Senador critica política do governo para a área universitária, que "pode inviabilizar sistema de pós-graduação no país"

Amin condena redução nas bolsas de estudos

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que reveja a posição, adotada pelo governo, de reduzir custos e programas nas universidades brasileiras. A redução nas dotações para bolsas de estudo, número de bolsistas e diversos programas nas universidades, além das restrições salariais dos professores, demonstram "um desatino" porque são medidas que vão baixar a qualidade da graduação e inviabilizar o sistema de pós-graduação, afirmou o senador.

As medidas adotadas pelo governo federal, desde o final do ano passado, apontam para essa absurda possibilidade. O governo, oportunisticamente, aproveitou-se da crise financeira gerada pelo *crash* das bolsas asiáticas como desculpa para não



Amin: "desatino" do governo

implementar propostas já elaboradas, algumas até anunciadas, para a área da ciência e tecnologia, com destaque para a pós-graduação e pesquisa - disse Amin.

Segundo o senador, instituições como o CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) tinham programas importantes para as universidades,

que permitiam aos professores cursarem a pós-graduação. Graças aos programas dessas instituições, o Brasil, num espaço de pouco mais de duas décadas, modificou o perfil acadêmico dos professores universitários, passando a contar com expressivo número de mestres e doutores e não apenas docentes graduados.

A redução de 12,5% nas dotações para as bolsas, prevista para este ano, bem como a diminuição para a metade do número de bolsistas e das respectivas taxas de manutenção do Programa Especial de Treinamento (PET), além das duas bolsas de mestrado tradicionalmente reservadas para os melhores alunos do grupo, foram as medidas mais graves apontadas pelo senador na área da pós-graduação universitária.

Para Esperidião Amin, o governo nem sequer conseguirá fazer grandes economias com esses cortes. Segundo ele, a Capes economizará apenas 1,3% de seu orçamento.

Amin disse ainda que é preocupante a greve das universidades federais, que atingem dois terços das instituições e tende a aumentar.

Ao paralisarem suas atividades, as universidades federais brasileiras denunciam, em síntese, um perverso processo de sucateamento ao qual estão atualmente sujeitas.

Senado inaugura estande na Bienal

O estande do Senado na XV Bienal Internacional do Livro de São Paulo, a maior feira do gênero na América Latina, começou a ser visitado pelo público na última sexta-feira.

O novo Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor este ano, e a edição atualizada do CD-ROM "Legislação Brasileira" são alguns dos lançamentos da Editora do Senado que prometem fazer sucesso na Bienal.

Além das publicações da editora, o estande do Senado oferece aos visitantes a possibilidade de navegar na página da Internet, com informações sobre a Casa, e permite fazer um *tour* virtual pelas dependências do Senado.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o sen. Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania
- 8h - Cidadania com o sen. Lauro Campos (PT-DF) e o arquiteto Carlos Magalhães (um dos pioneiros de Brasília e ex-secretário de Obras do governo do Distrito Federal) sobre a crise urbana das grandes cidades
- 9h30 - Entrevista com o sen. Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais - Audiência pública de 29/maio que debateu a regulamentação dos planos e seguros de saúde, com a presença do sr. ministro da Saúde José Serra
- 12h15 - Entrevista com o sen. Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania
- 13h15 - Cidadania com o sen. Lauro Campos (PT-DF) e o arquiteto Carlos Magalhães (um dos pioneiros de Brasília e

- ex-secretário de Obras do governo do Distrito Federal) sobre a crise urbana das grandes cidades
- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o sen. Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o projeto de lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania
- 19h30 - Cidadania com o sen. Lauro Campos (PT-DF) e o arquiteto Carlos Magalhães (um dos pioneiros de Brasília e ex-secretário de Obras do governo do Distrito Federal) sobre a crise urbana das grandes cidades
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Mulheres em Debate com a sen. Júnia Marise (PDT-MG) e a dep. Telma de Souza (PT-SP) sobre a participação das mulheres na política
- 2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Fala Cidadão

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30



Benedita quer PIS e FGTS

Benedita defende direitos de domésticas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) comemorou o transcurso do Dia dos Empregados Domésticos, ocorrido no último dia 27, lembrando a nação que, apesar das recentes conquistas trabalhistas conseguidas pela categoria, esta ainda não goza da plenitude das garantias constitucionais das demais categorias em relação ao trabalho.

Ela lembrou que direitos como o Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de indenização por demissão sem justa causa, ainda não foram integrados à vida dos empregados domésticos. A mulher, observou, é o esteio da categoria, pela qual responde com 80% dessa força de trabalho, com cerca de 3 milhões de trabalhadores.

- Para atingir todos esse objetivos os empregados domésticos têm-se mobilizado durante a última década para a conquista dos direitos que ainda não lhes foram concedidos, a fim de que gozem das garantias da Constituição - reiterou Benedita da Silva, ao cobrar rapidez do Congresso na apreciação e votação de projetos de sua autoria que tratam da profissionalização do empregado doméstico.

APROVAÇÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, por unanimidade, o projeto de Benedita da Silva que estende aos empregados domésticos o FGTS, disciplina o regime e a jornada de trabalho em 44 horas semanais, o pagamento de horas extras e outros benefícios.

Ao defender a necessidade de proteger os sobreviventes, senador lembra assassinato de pataxó em Brasília há um ano

Suplicy diz que genocídio de índios envergonha o país

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), afirmou na quinta-feira, em discurso no plenário, que ao longo da história brasileira

de 6 milhões de índios foram exterminados por conquistadores brancos. "Nunca poderemos esquecer que o saldo desse genocídio envergonha o Brasil e os habitantes do mundo civilizado", disse o senador, acrescentando que o índio Galdino merece uma "homenagem póstuma".

"É chocante para os verdadeiros cidadãos desse país saber que um pobre índio, de maquiagem, na parada de ônibus, em plena capital do Brasil, tenha sido queimado vivo por um bando de jovens de classe média alta de nossa sociedade", recordou.

O senador debateu o tema lembrando a passagem do Dia do Índio, no último dia 19. "Às

vésperas da comemoração dos nossos 500 anos de descobrimento, o genocídio continua e encontra a proteção da impunidade", concluiu o senador, que pediu justiça para os milhares de índios mortos. E lembrou a necessidade de proteger os sobreviventes.

Os yanomami, destacou Suplicy, vivem na Amazônia, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, e mantêm praticamente intacta sua cultura. Mas o perigo da expansão da mineração ameaça hoje esse povo. Para preservar a herança histórica dessa população, disse o senador, foi importante a delimitação oficial do território Yanomami em 92.

"Passados 500 anos da chegada dos portugueses, não sabemos no Brasil quantos são os sobreviventes do massacre", afirmou Suplicy. Segundo o se-



Suplicy condena impunidade

Comissão especial vai investigar incêndio em florestas de Roraima

O Senado instalou comissão especial para investigar as causas do incêndio que destruiu boa parte da floresta amazônica em Roraima e estudar mecanismos de prevenção para a região. Segundo o senador Romero Jucá (PFL-RR), presidente da comissão, a intenção dos senadores é estudar a catástrofe de Roraima para, a partir daí, criar uma proposta de defesa ambiental na Amazônia.

- Vamos investigar as causas do incêndio, encaminhar soluções para a recuperação do estado e, ao final dos trabalhos, pretendemos apresentar uma política nacional para o combate a incêndios - anunciou.

Jucá disse que não é objetivo

da comissão buscar culpados para o acidente. Ele lembrou que as queimadas são comuns na região, em grande parte devido à falta de condições para os produtores rurais. Para ele, o erro foi não ter havido um trabalho de esclarecimento da população quanto à situação climática propícia à propagação do fogo.

- Há grande falta de estrutura para a produção na região. O agricultor é jogado no meio da mata e tem de buscar a sobrevivência a qualquer custo. Nesta



Jucá culpa falta de estrutura

situação, o fogo é o seu trator - avaliou Jucá, ao pedir créditos para a modernização agrícola do estado.

A comissão tem 120 dias para apresentar um parecer sobre o assunto, prazo que poderá ser prorrogado. Os senadores pretendem ouvir os ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Regional, o governador Neudo Ribeiro Campos e secretários de estado de Roraima, além do comando da operação militar que ajudou a debelar os focos de incêndio.

Wellington anuncia luta contra fome e desemprego

Declarando-se um senador nordestino com visão nacionalista, preocupado com o sofrimento do povo brasileiro, o senador Wellington



Wellington: seca

Wellington Roberto (PMDB-PB) pretende trabalhar ao lado dos demais parlamentares na busca de soluções para os problemas que afetam os nordestinos e a população brasileira em geral.

Wellington exaltou as qualidades do senador Humberto Lucena, recentemente falecido e do qual era suplente, elogiando sua "inteligência fulgurante, lealdade aos seus princípios filosóficos, precursor dos ideais democráticos do nosso país". Ele solidarizou-se, ainda, com a família do senador Antonio Carlos Magalhães pela perda do deputado Luís Eduardo Magalhães, "político jovem, com ascensão política meteórica, homem íntegro, pacificador, leal e amigo, que nos deixou exemplos que certamente deverão ser seguidos".

Em sua atuação parlamentar, Wellington disse que vai amplificar o "grito de necessidade" dos nordestinos que sofrem com a seca, a fome e o desemprego, e anunciou que vai trabalhar pela aprovação e execução do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. No plano nacional, o senador frisou que "o sofrimento do povo brasileiro é genérico", classificando o Brasil de "país eminentemente doente, onde grassam a malária, doença de Chagas, esquistossomose, lepra, cólera, tuberculose, dengue e outras patologias de notório e geral conhecimento, em percentuais elevadíssimos, culminando com um índice de mortalidade infantil assustador".